

A PLURALIDADE DE IDENTIDADES NO BAIRRO MARÉ - RIO DE JANEIRO

JAILSON DE SOUZA E SILVA
Universidade Federal Fluminense

Sobre a identidade das classes populares

In recent years the concept of class has come under increasing scrutiny as a means of explaining both the present and the past. The reasons for this lie in the profound economic, political, and intellectual changes marking our time. (Joyce Patrick, 1995)

A análise do espaço social a partir da utilização do conceito de classe, como assinala Patrick, vem sendo avaliada e questionada há algum tempo¹. Em geral, as críticas destacam supostas restrições que o conceito impõe às análises sociais. O objetivo central neste texto não é discutir o conceito de classe, o que demandaria um esforço analítico que ultrapassa as possibilidades do presente trabalho. Não é possível, entretanto, ignorar a importância de uma apresentação do que vem se apresentando como limitações do conceito marxista de classe, em particular no que concerne à apreensão da complexidade das relações estabelecidas entre múltiplos grupos sociais.

Robert H. Srour (1987) apresenta três noções² distintas do termo classe, no Brasil. Na primeira, classe é entendida como categoria profissional (*classe* dos médicos, professores, metalúrgicos, etc.). Na segunda, a noção apresenta-se a partir de estratos ou camadas, definidos de acordo com as faixas de rendimentos ou níveis sócio-econômicos. Por fim, temos a noção de classes concebida a partir das relações econômicas com os meios de produção, sendo os recortes efetivados a partir das posições na ocupação. Essa é a concepção marxista e sobre ela nos debruçaremos.

O conceito de classe construído por Marx nasce marcado pela necessidade política. Ele se caracteriza pelo caráter polarizador, pelo peso da variável econômica e por sua lógica agregadora. Isto porque o conceito nasce a partir de uma necessidade clara: identificar-se o sujeito transformador, o ente social que encaminharia a luta revolucionária contra a propriedade privada. As óbvias diferenças entre as diversas frações trabalhadoras não eram ignoradas, mas sim obliteradas diante do projeto de unidade dos trabalhadores contra a opressão do capital. Não casualmente, a inserção da classe média neste modelo foi sempre um desafio, sendo propostas soluções que, historicamente, não deram conta do problema³.

As críticas aos limites do conceito na análise das relações sociais acompanham o marxismo há muito tempo. A contraposição mais difundida foi a formulada por Max Weber, que constrói uma proposição centrada na classificação de diferentes grupos sociais, posicionados de acordo com o

1 Cf. J. Patrick (1995), P. Bourdieu (1990; 1994) e E. Sader e M. Paoli (1986).

2 As distinções existentes entre os termos noção e conceito são ignoradas pelo autor.

3 Cf. o termo classe no *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 1988:167)

acúmulo de capital econômico, prestígio social e/ou peso cultural. Introduziu-se, ali, o viés culturalista na diferenciação/aproximação dos estratos sociais, buscando-se superar as injunções meramente econômicas.

Weber é um dos principais autores que Bourdieu utiliza para rebater a visão marxista de classe social. Para ele, o conceito institui tanto uma determinada representação do mundo social como sua materialização. Logo, se “hoje falamos em classe e vemos algo no real semelhante a ela, é em grande parte graças a Marx.” (1996:66).

O sociólogo francês questiona, fundamentalmente, a representação realista da classe como um grupo delimitado, existente na realidade como realidade compacta, bem recortada, de modo que se saiba se existem duas classes ou mais, ou mesmo quantos pequenos burgueses existem (1996:67).

Na perspectiva de uma superação dialetizada do conceito, Bourdieu vai defender que

as pessoas estão situadas num espaço social, elas não estão num lugar qualquer; isto é, intercambiáveis, como pretendem aqueles que negam a existência das ‘classes sociais’: [assim], em função da posição que elas ocupam nesse espaço muito complexo, pode-se compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão classificar e se classificar e, se for o caso, se pensar como membros de uma classe (1996:67)

A partir dessas referências, o pensador francês vai estabelecer uma série de rupturas com a concepção de classe da teoria marxista. Dentre outras coisas, Bourdieu rompe com a “ilusão intelectualista”, que confunde a classe teórica com a real. Assim, considera que o

erro maior, o erro teoricista encontrado em Marx, consistiria em tratar as classes no papel como classes reais, em concluir, da homogeneidade objetiva das condições, dos condicionamentos e portanto das disposições, que decorre da identidade de posição no espaço social - (grifo nosso), a existência enquanto grupo unificado, enquanto classe. (1990:156)

A segunda ruptura de Bourdieu é com o economicismo,

[que] leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social (1994 .133).

O terceiro plano de ruptura é com o objetivismo, que

ignora as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos, nos quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos (1994: 133).

Por fim, ele rompe com a idéia de substância “onde se privilegia as definições dos grupos reais, seu número, seus limites, membros, etc. - em detrimento das relações” (1994:134). Nessas rupturas encontram-se as referências para a construção da teoria social de Bourdieu e os elementos que nos permitem pensar em outros termos a questão da *identidade social*. De acordo com Oliveira (1976),

a identidade é construída em duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). Antropólogos e sociólogos tem procurado mostrar como as duas dimensões estão interligadas ...já que é um mesmo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização.

Neste caso, a identidade emerge da dialética entre sociedade e indivíduo, como nos revela Berger e Luckman (1993:230). Goffman, por seu turno, vai entender a constituição da identidade pessoal e social a partir, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão (GOFFMAN, 1992:107). Em que pese a ênfase subjetivista presente nestas obras clássicas, é significativa a compreensão da noção de identidade a partir de dois conceitos basilares: a idéia de *construção* e a de *relação*.

Os elementos fundamentais da proposição de identidade social de Nestor Canclini sustentam-se, justamente, nas duas categorias. Seu ponto de partida é a crítica ao que denomina de “concepções ontológico - fundamentalista das identidades” (1995:224). Nessa visão, haveria uma crença a-histórica e transcendental nas identidades, fossem nacionais ou populares. Sendo assim, a identidade é marcada por uma essencialidade imanente, a ser defendida dos ataques dos seus possíveis adversários - sejam outros grupos sociais, as multinacionais, a globalização etc. Não há espaço para a negociação, pois as identidades estão prontas, delimitadas. As diferenças são acentuadas e transformadas em elementos divisores, ignorando-se as possíveis circularidades das relações sociais. Não se reconhece, assim, a possibilidade de constituição de uma identidade híbrida, “foco de um repertório fragmentado de mini papéis”. (CANCLINI, 1995:39).

Canclini defende que, diante do impacto da globalização, da transnacionalização e do multiculturalismo, deve complementar-se a clássica definição sócio-espacial de identidade, referente a um território particular, com uma definição sócio comunicacional (1995:35). Isto é necessário diante da “constituição de formas heterogêneas de pertencimento, cujas redes se entrelaçam com as do consumo” (1995:35). Numa proposição ousada, o autor de “*Consumidores e Cidadãos*” considera que “vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas” (1995:15).

As identidades, diz-nos Canclini, “configura[m]-se no consumo, depende[m] daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a consumir”. Ele não reduz o consumo à simples aquisição e utilização imediata de bens determinados, mas o analisa a partir “do conjunto de processos sócio-culturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (1995:53). As noções de distinção e de valor simbólico, utilizadas por Bourdieu, fundamentam de forma abrangente suas proposições. Isso porque Bourdieu considera que “a identidade social se define e se afirma na diferença” (1979:191) visto que “todas as propriedades de distinção só existem na e pela relação, na e pela diferença.” (1979:250). Grimberg já expressara, antes de Bourdieu, uma compreensão da identidade em termos próximos, ao afirmar que

um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença (GRIMBERG, 1971:168 apud R. OLIVEIRA, 1976:17).

Eder Sader e Maria Célia Paoli produziram um artigo, em 1986 (SADER e PAOLI, 1986), que buscava analisar como alguns trabalhos sociológicos apreendiam, a época, os grupos sociais populares. Os dois autores entendiam que os trabalhos sociológicos da década de 80 estabeleciam uma ruptura interpretativa com trabalhos de décadas anteriores, que haviam cristalizado a idéia de uma classe popular. Assim,

os trabalhadores, operários, subalternos, os populares, os habitantes de periferia, favelas e subúrbios, os migrantes, os mobilizados em sindicatos e os participantes de movimentos sociais urbano (são) reunidos como um corpo de pessoas e grupos que, juntos (grifo dos autores), formariam unia ‘categoria’, uma ‘estrutura’ ou uma ‘prática coletiva’ no interior de relações com outros grupos que lhe são antagônicos” (1986:39).

Neste período, diferentes autores (EVER, 1984; CARDOSO, 1984; TELLES, 1987) passaram a considerar que

a utilização a-crítica do paradigma histórico - estrutural leva à redução da realidade à lógica do capital e ao tradicional conflito de classes, numa perspectiva histórica determinística (PEPPER, 1994:35).

Produziram-se, então, novas referências, onde

a categoria de sujeito popular/ator social passa a substituir a categoria classe social, bem como a de movimento popular/movimento social passa a substituir a de luta de classe. Ao invés de revolução, transformações culturais substantivas a partir do cotidiano são as valorizadas (.....) o agente social capaz de responder a esta mudança deve ser considerado em sua pluralidade, dependente das várias posições do sujeito no âmbito das formas discursivas, através das quais ele constituiria uma nova identidade e uma nova forma de se organizar".(DAMASCENO, 1994:15).

O problema maior dessas novas proposições, como sublinha Sader e Paoli, é a negação do conceito de classes, de lutas de classes e a priorização de análises fragmentárias, que reduzem o foco da investigação aos elementos mais cotidianos e particulares, afirmando-se uma processualidade na constituição identitária que ignora as necessárias relações. Temos assim o risco, por um lado, de uma visão polarizadora e homogeneizadora dos vínculos entre as classes e, por outro lado, uma concepção que esvazia as relações, afirmando uma identidade particular, fruto do contato do sujeito com sua realidade imediata.

Construídas no sentido de superar estas limitações, as noções de *campo* e de *habitus*, de Bourdieu, criam as condições para a construção de uma análise que capte as nuances das construções relacionais das identidades individuais e sociais. O ponto de partida de Bourdieu (1994) é a compreensão do mundo social como um espaço multidimensional. Ele trabalha, contudo, com uma visão de espaço distinta da noção linear utilizada pela física tradicional. O espaço não é um “pano de fundo” dos objetos, nem se define por uma distância linear entre os mesmos. O que existe é um espaço de relações, não há uma substancialidade espacial.

Os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas posições relativas neste espaço. A correlação de forças entre os diferentes agentes e grupos definem-se a partir do volume global e da composição das diferentes espécies de capital. A partir da noção de espaço social, agentes e capitais variados, Bourdieu propõe a definição de *campo social*, entendido como

um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses (1994:135)

O campo social se articula com o conceito de *habitus* - “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1994 apud ORTIZ, 1994:15). Eles permitem que compreendamos os grupos sociais populares (e os outros) não como entidades metafísicas, congeladas no tempo e no espaço, mas como forças sociais que se constituem a partir das posições que ocupam nos diferentes campos onde atuam. As identidades, nesse caso, se constituem de acordo com a posição numa determinada região do espaço social. Esta posição fundamenta a sensação de *pertencimento* em um determinado grupo ou mesmo classe, de acordo com a especificidade da posição e dos campos onde se está situado.

Sintetizando o até aqui exposto, foi apresentada uma crítica ao conceito de classe usualmente utilizado pelo marxismo, principalmente no que concerne ao seu caráter unidimensional, objetivador e intelectualista, assim como uma ruptura com a tradicional visão de identidade como mônada, a-histórica, atributo de um indivíduo ou grupo homogêneo. As categorias *relação* e de *construção*, associadas aos conceitos de *habitus* e campos sociais, auxiliam na formulação de

uma nova concepção de identidade e, como corolário, de classe.

O reconhecimento do que há de comum nas diferenças e no que há de diferente entre os comuns nos permite ampliar nossa compreensão do mundo social e qualificar, inclusive, a ação social. No plano da análise social, portanto, acredito que a noção de classe deve ser usada, preliminarmente, em uma acepção lógica - como classificação. Em um segundo momento, a partir de elementos agregadores, previamente definidos, é possível apreender as diferentes práticas dos diversos agentes sociais. As classes/grupos sociais são constituídos a partir das práticas, representações e sensação de *pertencimento* dos agentes. Caso estas possibilidades sejam confirmadas, as noções de popular e erudito, representações dos subalternos e dominantes podem ser trabalhadas numa perspectiva efetivamente dialetizada, no terreno da circularidade que nos aponta Bakhtin⁴.

Sustentados nessas referências é que apresento, a seguir, algumas proposições sobre as características sociais dos moradores do Bairro Maré — espaço que concentra dezesseis (16) comunidades populares, na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre os moradores da Maré

São considerados favelas todos os aglomerados urbanos que possuam, total ou parcialmente, as seguintes características:

Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50.

Tipo de habitação: predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes.

Condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida.

Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada.

Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.

(Censo 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal apud SILVA, 1995)

Localizada entre a Av. Brasil e a Linha Vermelha, a Maré ocupa uma presença significativa no imaginário carioca. O fato de sua paisagem, à margem da Baía da Guanabara, ter sido durante muitos anos dominada por *palafitas* — habitações precárias suspensas sobre a lama e a água — associado à contrastante proximidade com o Aeroporto Internacional do Galeão e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, contribuiu para a percepção dessa região, assumida pelos meios de comunicação e variados segmentos sociais cariocas, como um espaço globalmente miserável, violento e destituído de condições dignas de vida. Independente dos exageros dessa representação — já que o bairro é marcado por uma profunda diferenciação sócio-espacial — é inegável o reconhecimento dessa localidade como um espaço proletarizado, com o predomínio de populações nordestina e negra em condições sócio-profissionais subordinadas, tendo em vista a desvalorização do trabalho manual em nossa sociedade — campo este de ocupação de grande parte dos trabalhadores das comunidades locais; a baixa escolaridade média e a conseqüente baixa renda familiar.

4 De acordo com C. Ginzburg, “o termo circularidade [foi proposto] por M. Bakhtin, [e tem como fundamento a idéia que entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um ru relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia debaixo para cima, bem como de cima para baixo”, noção oposta ao conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa. (1987:24). Com essa noção, M. Bakhtin busca explicar os mecanismos que permitiam aos “homens da Idade Média participarem igualmente de duas vidas: a oficial e a carnavalesca, e de dois aspectos do mundo: um piedoso e sério, e outro cômico” (1993:83). Sobre o uso do conceito para análise dos grupos sociais nas sociedades modernas, ver J. Rupp, 1995; N. Canclini, 1995.

O Bairro Maré localiza-se na Zona da Leopoldina da Cidade do Rio de Janeiro, constituindo a 30ª Região Administrativa. Ele reúne cerca de cento e cinquenta mil (150.000) habitantes e quarenta e quatro mil (44.000) domicílios, distribuídos em dezesseis (16) comunidades, ordenadas aqui, geograficamente, no sentido *Subúrbio — Centro da Cidade*: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Vila do João, Salsa e Merengue e Conjunto Esperança.

Nas comunidades estão instaladas 10 (dez) escolas públicas, sendo 7 (sete) CIEPs, 7 (sete) creches comunitárias, além de várias escolas privadas — de pequeno porte — voltadas para a educação infantil e para o ensino elementar. Até 1997 havia em toda região — incluindo os bairros próximos à Maré — um solitário colégio público de ensino médio, que funciona apenas no período noturno e é marcado pela precariedade; em 1998 foi inaugurado mais um colégio voltado para o ensino médio e duas tele-salas, nos moldes do ensino supletivo modular.

No universo de 28 grupos de favelas, distribuídos de acordo com as Regiões administrativas, a Maré — XXX R.A. — ficou em 11ª posição no Índice de Qualidade de vida urbana, com um resultado muito próximo ao da média das favelas cariocas. O que se evidencia, todavia, é a precariedade justamente dos indicadores culturais e econômicos: o percentual de moradores com diploma de graduação não chega a 1% do total, enquanto o número de analfabetos chega a quase 20%. No que concerne aos rendimentos, menos de 1/3 dos trabalhadores locais afirmam receber mais de dois salários mínimos por mês.

A contradição entre os indicadores *urbanos*⁵, por um lado, e os sócio-educacionais e econômicos, por outro, decorre do tipo de intervenção urbana realizada na Maré, nas últimas décadas: o projeto do poder público tinha como pressuposto uma visão restrita de urbano, onde se privilegiava uma intervenção física, centrada em ações de engenharia, ignorando-se a necessidade de produção de uma política social.

Essa política — voltada para a geração de renda, para o estímulo à participação da população local na resolução de suas demandas e o investimento em iniciativas culturais e educacionais — nunca se fez presente na *urbanização*, mesmo levando-se em conta as três instâncias do poder público que atuaram na Maré. E, provavelmente, essa postura também se expressou nas intervenções urbanísticas realizadas nos outros espaços favelados cariocas — como demonstram seus indicadores sociais.

No entanto, assim como é possível identificar-se características — ou mazelas — comuns, é importante assinalar que as comunidades locais são marcadas pela diferenciação.

QUADRO 1: Posição⁶ das comunidades da Maré, em relação às favelas cariocas

Localidade	Posição	Índice de qualidade Urbana das favelas cariocas
Timbau	56	0,556
Parque União	61	0,553
Baixa do Sapateiro	105	0,524
Ramos	108	0,523

5 No caso, estou definindo, de forma restrita, a urbanização como o processo de mudanças na estrutura física do espaço, além da implantação de determinados serviços e mobiliários urbanos: asfalto, água, esgoto, praças e telefonia.

6 Para um total de 412 favelas recenseadas.

Parque Rubens Vaz	126	0,515
Nova Holanda	134	0,510
Maré	177	0,487
Parque Roquete Pinto	198	0,473
Centro Social Marcílio Dias	402	0,259

QUADRO 2: Indicadores de Qualidade de Vida de algumas comunidades da Maré

Localidades	Água Inadequada (%)	Esgoto Inadequado (%)	Coleta de Lixo Inadequada (%)	Média de Cômodos por domicílio	Média de pessoas por domicílio	Chefes de domicílio com menos de 4 anos de estudos (%)	Chefes de domicílio com 15 ou mais anos de estudos (%)	Chefes de domicílio com renda até 2 salários mínimos(%)	Chefes de domicílio com renda igual ou superior a 10 salários mínimos (%)	Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos	População analfabeta com mais de 15 anos (%)	Índice de Qualidade Urbana das Favelas Cariocas
Timbau	1,88	0,97	0,14	4,79	3,86	18,66	0,83	69,75	0,56	1,50	12,30	0,556
Parque União	9,86	5,35	0,05	3,73	3,22	23,84	0,72	62,23	0,75	2,16	15,78	0,553
Baixa do Sapateiro	5,34	2,51	0,10	4,39	3,86	22,05	0,73	71,52	0,68	1,72	17,57	0,524
Praia de Ramos	6,14	2,09	0,48	4,15	3,88	13,95	0,35	74,82	0,36	1,61	20,26	0,523
Parque Rubeús Vaz	5,25	15,12	0,00	3,67	3,50	25,02	0,68	66,91	0,49	1,85	19,53	0,515
Nova Holanda	2,18	0,71	0,00	4,92	4,36	21,48	0,91	75,46	0,60	1,61	18,19	0,510
Parque Maré	11,81	3,35	0,07	3,82	3,83	23,24	0,33	77,68	0,44	1,52	22,03	0,487

Parque Roquete Pinto	5,20	18,30	24,07	4,00	3,89	24,65	0,21	69,87	0,36	1,75	18,68	0,473
C.S. Marcílio Dias	65,36	98,80	86,75	3,43	3,91	23,17	0,30	80,72	0,00	1,39	20,30	0,259
FAVELAS CARIOCAS	15,41	36,74	21,31	4,06	3,99	20,64	1,07	15,36	72,33	0,61	1,71	0,462
RIO DE JANEIRO (cidade)	3,90	8,90	4,30	4,80	3,50	17,20	16,70	6,10	35,50	15,10	5,84	0,805

O núcleo original da Maré era formado por seis comunidades fronteiriças, mas com características sociais, econômicas, geográficas e históricas heterogêneas: Morro do Timbau, Parque União, Baixa do Sapateiro, Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré. As comunidades de Vila Pinheiros, Vila do João, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança foram criadas no início da década de 80, sendo ocupadas por antigos moradores das comunidades originais, principalmente os residentes nas *palafitas*. Bento Ribeiro Dantas, Salsa e Merengue e Nova Maré foram criadas via intervenção do poder público municipal, na década de 90 — elas reúnem moradores provenientes de habitações localizadas em *áreas de risco*. Por fim, as comunidades de Marcílio Dias, Praia de Ramos e de Roquete Pinto, apesar de antigas, são um pouco mais distantes, no plano geográfico, das outras. Elas passaram a ser consideradas integrantes da Maré a partir da transformação dessa área em bairro e da criação da XXX Região Administrativa — que tem como circunscrição as dezesseis comunidades.

Sobre (a) vivência dos moradores da Maré

A irrupção, espraiamento e consolidação das favelas no espaço do Rio de Janeiro é um dos aspectos mais significativos e interessantes no processo de constituição da cidade. Não por acaso, a citação que abre este capítulo nos remete a, pelo menos, duas questões significativas: em primeiro lugar, a visão *homogeneizadora*, por excelência, dos órgãos públicos envolvidos com o fenômeno da favelização; em segundo lugar, os pressupostos *sócio-cêntricos* que sustentavam o olhar dos técnicos na observação desses espaços, com a valorização, acima de tudo, das *ausências* que caracterizariam aquelas novas áreas urbanas.

Meio século após o Censo de 1950, a cidade do Rio de Janeiro expressa, mais do que nunca, um quadro contraditório: os espaços caracterizados, uniformemente, como *favelas* adquiriram características, em geral, profundamente distintas daquelas presentes em sua definição original, principalmente no que diz respeito à instalação de equipamentos urbanos, aos tipos e materiais de construções das moradias, ao acesso a serviços públicos essenciais e, em menor proporção, à titulação das propriedades. Todavia, ainda se faz presente entre os moradores dos espaços *formais*⁷ e — por consequência — as autoridades públicas, uma representação das comunidades populares e, *a fortiori*, de seus moradores — marcada pelo distanciamento, pela idealização estereotipada — seja positiva ou negativa — e pelo anacronismo, com a persistência da imagem das *favelas* (e dos *favelados*) nos termos de sua definição nas décadas de 40/50.

A persistência dessa representação decorre, dentre outras coisas, das formas contraditórias de

7 As favelas e loteamentos irregulares são identificadas pelos órgãos públicos municipais do Rio de Janeiro, como espaços informais, em função da ausência do cumprimento de determinadas normas urbanas legais. Nesse caso, os bairros seriam os espaços formais. A principal característica dessa denominação é a generalização dos espaços populares e, portanto, a imprecisão. O termo *asfalto*, utilizado historicamente pelos moradores da favela — para denominar os bairros — tem caído em desuso; atualmente, na Maré, é mais comum a utilização de noções topológicas — “lá fora” e “aqui dentro”. Quando se fala apenas da Maré, se utiliza, consumente, comunidade; mas quando se fala de Outras comunidades populares, usa-se favela.

intervenção nesses espaços, nas últimas décadas, tanto do poder público como das instituições acadêmicas: por um lado, foram encaminhadas pesquisas e ações visando interpretar e/ou superar o quadro de degradação física e social que caracterizou historicamente *as favelas*. Paralelo a esses esforços, todavia, continuou se fazendo presente um leque de ações macrosociais que contribuíram, de forma significativa, para a manutenção do processo de exclusão social presente na realidade carioca. A principal consequência dessas políticas globais foi o agravamento das contradições do espaço urbano de nossa metrópole, com a multiplicação das situações de violência — institucionais, legais, espaciais, sociais, profissionais, educacionais, sexuais e outras — que se abateram/se abatem sobre o conjunto dos seus moradores, fenômeno reconhecido, inclusive, internacionalmente. Essa situação paradoxal — ações pontuais de enfrentamento da segregação, ao lado de políticas gerais que reforçam a exclusão — foi influenciada, também, pela fragmentação das iniciativas efetivadas nas áreas populares visando ali ampliar as possibilidades de exercício da cidadania.

No que concerne aos vínculos entre o campo acadêmico e os espaços populares, as intervenções institucionais encaminhadas nessas localidades, em sua maioria, caracterizaram-se pelo *desconhecimento* das estratégias cotidianas, criativas e complexas, efetivadas pelos atores mais interessados — no caso, os próprios moradores dessas áreas — no sentido de melhorarem sua qualidade de vida e se relacionarem com as instituições que se fazem necessárias para a melhoria de seu cotidiano. Ora, esses moradores construíram/constróem formas particulares e variadas de representarem e vivenciarem seu cotidiano que não correspondem, necessariamente, àquelas assumidas pelos autores dos projetos de pesquisa. Esses estudos, muitas vezes, ignoraram — ou mitificaram — os mecanismos de sociabilidade; de inserção na sociedade formal; de intervenção na vida pública; de compreensão das relações sociais, nos, seus mais variados níveis e. para não sermos exaustivos, de interpretação das próprias situações de (sobre)vivência que os moradores foram produzindo historicamente. E quando o fizeram, terminaram por isolar esse lugar do espaço urbano onde ele se insere; com isso, terminaram por se apropriar dessa vivências como se esses cidadãos, seus vizinhos, fossem *nativos*. A *exotização* foi, mais do que uma prática metodológica, uma prática social.

Nesse quadro, as propostas de “participação da população”, algumas vezes afirmadas em projetos desse tipo — tanto no plano da investigação como da intervenção — não atingiam, em geral, os objetivos propostos. Esse fracasso contribuía, de forma perversa, para se ampliar a noção — estigmatizante — que os moradores das comunidades populares seriam indolentes e/ou alheios às resoluções de seus problemas, aliás, problemas esses mediados pelo olhar dos proponentes das intervenções. Na verdade, não basta ter acesso à *participação* e/ou ao consumo de bens culturais valorizados socialmente; seria necessário que as disposições que orientam essas apropriações fossem identificadas, consideradas e orientassem as intervenções. Parodiando a linguagem acadêmica, esses moradores permaneceram, em geral, na condição de *objetos* dos pesquisadores e/ou técnicos. O corolário desse quadro foi a produção ampliada da *exclusão* — termo que deve ser relativizado - dos residentes em comunidades faveladas. Ela se manifestava via políticas macrosociais, mas também através de distorções nos mecanismos de investigação e de solidariedade que foram historicamente construídos para superar-se a marginalização desses setores sociais.

Todavia, quando se busca ir além dessas *ausências mais visíveis*, verifica-se que, no caso da Maré, os agentes locais desenvolveram formas ativas e contrastantes para enfrentarem suas dificuldades do dia-a-dia, de acordo com as características pessoais e grupais, as trajetórias de cada localidade e com a postura assumida pelos dirigentes das entidades comunitárias: estabeleceram uma delimitação precisa dos espaços e dos vínculos sociais na comunidade; buscaram canais alternativos para o acesso a instituições culturais e educacionais, desenvolveram

formas sutis de enfrentamento da violência criminosa e policial — buscando uma equidistância em relação ao conflito estabelecido ou mesmo apelando, de acordo com a conveniência e compreensão de sua cidadania, para um dos pólos do poder armado; estabeleceram relações subservientes com órgão estatais que oferecem serviços públicos nas localidades; firmaram relações clientelistas com políticos fisiológicos para garantir determinados benefícios individuais e/ou coletivos; e/ou organizaram iniciativas que permitiram o encaminhamento de atividades reivindicatórias com ênfase na organização e envolvimento da população. Todas essas ações são exemplos de práticas desenvolvidas — por moradores e entidades comunitárias — nas diferentes localidades, a fim de melhorar-se a qualidade da vida cotidiana, independente dos juízos que se possam fazer sobre algumas delas.

A título de ilustração, é possível fazer-se uma classificação superficial dos diferentes tipos de comportamento dos residentes na Maré, levando em conta seus níveis de relação com a sociedade formal e com os parâmetros de exercício da cidadania institucional:

Grupo 01: Formados pelos moradores que, tendo como referência os pressupostos do exercício da cidadania, recorrem aos meios legais para resolver, em geral, seus problemas e cumprem seus compromissos levando em conta as normas sociais dominantes. Nesse caso, eles pagam regularmente seus impostos e taxas⁸, mantêm os filhos na escola e com a carteira de vacinação em dia, quando é o caso, além de possuírem os documentos formais.

Grupo 02: Esse grupo é formado por aqueles moradores que, em geral, têm um comportamento centrado na obediência aos direitos e deveres decorrentes do exercício da cidadania: têm documentos, mantêm os filhos na escola, freqüentam os postos de saúde e outras práticas análogas. No entanto, assumem, diante de algumas situações, uma lógica centrada no *Jeitinho* para enfrentar determinadas questões do cotidiano, postura que gera a prática eventual de atos irregulares, tendo em vista a crença na impunidade: atos como ligações irregulares de energia, compra de objetos roubados, não pagamento de taxas e impostos, Esses agentes apresentam, comumente, uma certa incapacidade de buscar seus direitos nas instituições legais — a relação distanciada com os profissionais das unidades escolares, a incapacidade de protestar, em algumas situações, são práticas decorrentes dessa limitação da perspectiva cidadã. Isso faz com que se sintam, muitas vezes, pouco atendidos pelos poderes públicos e assemelhados em suas demandas cotidianas. Esse é o grupo que reúne o maior número de moradores.

Grupo 03: Nele, temos os moradores que assumem, nos mais variados níveis de sua vida, a lógica do *Jeitinho*: valorizam pouco os conceitos de cidadania formal; recorrem, em algumas ocasiões, aos grupos locais de poder para resolver conflitos cotidianos e assumem a compreensão de que *“na favela, as regras são diferentes e têm que se saber viver”*. Mas são pessoas que, em geral, vivem de um trabalho legal — mesmo que no mercado informal — e, optam por viver na sociedade formal, em geral. Suas fontes de renda são fluidas, dirigem a maior parte da energia para a vivência presente, investindo pouco em projetos prolongados, seja na escolarização ou nos cuidados regulares e/ou preventivos no campo da saúde; normalmente, não possuem todos os documentos para a inserção adequada no mercado de trabalho.

⁸ A CEDAE — Companhia de água e Esgotos do Estado — não envia, há muitos anos, os débitos de água e esgoto para os moradores; aliás, não tem nem o cadastro dos clientes locais; o IPTU vem sendo cobrado há poucos anos, seu valor é irrisório — cerca de 1/5 SM por ano, e mesmo assim, a maioria dos moradores ainda não tem o hábito de pagá-lo. No caso da LIGHT — Companhia de Eletricidade S/A —, depois de anos de abandono das comunidades locais, ela tem procurado se inserir nos espaços locais. Para isso, a empresa realizou um Programa de Normalização que melhorou muito a qualidade técnica do serviço e do atendimento ao cliente local; além disso, a empresa anistiou parcialmente os débitos passados; atualmente, e legitimada por essa política, vem conseguindo, gradativamente, receber o pagamento das contas e diminuir a incidência de ligações irregulares.

Grupo 04: Por fim, há os moradores que vivem nas redes sociais informais da cidade e da comunidade, distantes das redes sociais formais⁹. Reunindo o menor número de moradores, nesse grupo se incluem aqueles que, em geral, não têm compromisso com a realização de suas obrigações formais, nos mais diferentes níveis — seja o pagamento de impostos e taxas, a posse de documentos (mesmo a Certidão de Nascimento), o encaminhamento dos filhos para a escola ou para os postos de saúde. Vivendo o imediato, com rendas irregulares, constituem o *lumpesinato*, estando, em geral, voltados para atividades ilegais — drogas, prostituição e/ou roubo — ou para a mendicância¹⁰.

Inegável, portanto, é a riqueza de interpretações e respostas dos moradores às dificuldades existentes nas várias localidades, sendo este um dos aspectos mais significativos, e mais ignorado, da realidade favelada. Nesse sentido, faz-se necessário romper com aquele discurso historicamente fundado sobre a *ausência* — onde os moradores, *in totum*, são percebidos e avaliados a partir das referências e valores de grupos sociais estranhos àquela realidade e — sintomaticamente — normalmente dominantes nos campos sociais formais. Esse discurso se fez presente tanto em setores socialmente *progressistas* como nos *conservadores*.

No primeiro discurso, os moradores das comunidades faveladas são identificados como *vítimas passivas* — e intrinsecamente infelizes¹¹ — de uma estrutura social injusta. Ora, essa visão contribui, dentre outras coisas, para uma postura paternalista e empobrecedora da cidadania: priorizando apenas os direitos sociais — e nunca os deveres correspondentes, aceita-se como *natural* eventuais práticas ilegais efetivadas por um significativo número de moradores, tais como a receptação de objetos roubados, a privatização indiscriminada de espaços coletivos, a falta de pagamento de taxas e serviços — tais como água, luz, impostos; esses atos passam a ser considerados como formas de socialização da riqueza social existente. O que temos aí, na verdade, é a (re)afirmação de uma lógica individualizada no processo de resolução das demandas sociais, com a ausência de normatização da vida cotidiana coletiva. O grande problema dessa (des)ordem local é que ela dificulta a própria inserção qualificada dos espaços favelados — e, portanto, de seus moradores — ao espaços formais da cidade.

Essa noção gerou a produção de respostas insuficientes, e no limite também discriminatórias, ao segundo discurso — o *conservador* — alicerçado na criminalização desses espaços e de seus habitantes, em sua totalidade.

O combate a esses dois discursos — produzidos a partir de lógicas que desconhecem as proposições e iniciativas construídas pelos agentes das comunidades populares — deve ser estabelecido, portanto, em função, primeiramente, dos seus pressupostos: neles, os moradores das favelas são identificados como marginais inatos ou indivíduos intrinsecamente passivos; e, em segundo lugar, em função de seus efeitos práticos: os moradores não são percebidos como agentes que, continuamente, encaminham ações objetivas para enfrentarem os limites sociais e

9 A ação das Igrejas neo-pentecostais — das quais o melhor exemplo é a Universal do Reino de Deus — tem esse público como um dos seus alvos prediletos, tendo em vista, dentre outras coisas, o forte potencial exemplificador desse tipo de conversão. De qualquer forma, a inserção nesse tipo de rede social, dentre outras análogas, abre a possibilidade para a afirmação de um projeto de individuação e de futuro, elementos fundamentais para a afirmação das estratégias escolares, dentre outras.

10 Cabe assinalar que esses tipos padrões de comportamento são apenas referenciais. Na realidade, eles costumam se expressar, nas práticas singulares dos agentes, com graus variados de entrelaçamento. Por exemplo, os quatro filhos da proprietária de um prostíbulo local são inseridos no mercado formal de trabalho, sendo um deles aluno — prestes a graduar-se — da UFRJ. De qualquer forma, essa classificação permite uma razoável visualização dos tipos comportamentais mais comuns no espaço da Maré.

11 Aliás, muitas pessoas dos setores dominantes da cidade assumem um olhar indulgente — em relação aos agentes dos setores populares — que remete ao olhar de um senhor diante de seus escravos, quando estes se divertiam com suas brincadeiras de negros. A alegria e a felicidade, quando expressa por pessoas dos setores populares, é interpretada como algo próximo da bestialização. A noção de alienação, por seu lado, caracteriza alguns olhares dominados pelo intelectualismo e sentimento de identidade de classe. Assim, o morador da favela seria representado, nesses olhares, pela sua distância em relação ao padrão racional característico da humanidade ou pelo seu desconhecimento do mundo real.

peçoais de suas existências.

Seguramente, os moradores da Maré não analisam suas vidas apenas a partir das noções de ausência e negação — assim como não reconhecem a violência existente em seu cotidiano da mesma forma que a maioria dos agentes dos setores dominantes e médios. Eles levam em conta, também, os aspectos afirmativos, integrantes de sua cotidianidade. Na verdade, essas pessoas inventam múltiplos mecanismos para terem uma vida cotidiana mais feliz e intensa, em um quadro de dificuldades que não é ignorado, mas sim enfrentado de forma criativa e, sem dúvida, muitas vezes sofrida.

A PLURALIDADE DE IDENTIDADES NO BAIRRO MARÉ - RIO DE JANEIRO

Resumo: O tratamento concedido à temática central do presente texto é fruto dos estudos que desenvolvemos em nossa tese de doutorado. A pesquisa objetivou identificar, mapear e analisar as estratégias escolares, na acepção de Pierre Bourdieu, produzidas por uma parcela dos moradores da Maré – espaço que reúne 16 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Uma visão monolítica das classes populares era, portanto, antagônica com o projeto de pesquisa desenvolvido. O texto apresenta, assim, a defesa de uma análise pluridimensional da identidade social dos setores populares e uma classificação superficial dos moradores, a partir de algumas disposições. Ele tem como referências teóricas principais formulações conceituais afirmadas por Néstor Canclini e Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: classes populares; favela; identidade social.

THE MULTIPLE IDENTITIES AT MARÉ SLUM, RIO DE JANEIRO

Summary: The treatment given to the central theme of the present text stems from studies developed in our dissertation. The research aimed at identifying, mapping, and analyzing the school strategies, according to view of Pierre Bourdieu, produced through part of the population of Maré, a district that includes 16 slums in Rio de Janeiro city. A monolithic view of the popular classes was, thus, antagonistic to the project developed. The text presents the defense of a multidimensional analysis of the social identity of the popular sectors and a superficial classification of the inhabitants, through a few dispositions. The main theoretical framework are conceptual formulations made by Néstor Canclini and Pierre Bourdieu.

Keywords: popular classes, slums, social identity.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE Tom. 1988. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1994. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- BERGER, Peter e LUCKMAM, Thomas. 1993. *A construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro, Vozes.
- CANCLINI, Nestor. 1983. *As Culturas Populares no Capitalismo*. Mimeo.
- _____. 1992. *Culturas Híbridas*. Buenos Aires, Sudamericana. (ed. brasileira pela Edusp, 1998).
- _____. 1995. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, EdUFRJ.
- CARDOSO, Ruth C. L. 1994. *Movimentos Sociais e Urbanos: Balanço Crítico*. In: Sorj, A. (org.). *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. São Paulo, Brasiliense.
- DAMASCENA, Andréia. (1994). *Uma Análise do Campo Temático dos Movimentos Sociais*. Dissertação de Mestrado. mimeo. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- DAUSTER, Tânia. (1996). Construindo Ponte. A prática etnográfica e a educação. in: *Múltiplos Olhares*. DAYRELL, Juarez (org.). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- EVERS, Tilman. 1994. A Face Oculta dos Movimentos Sociais, *Novos estudos*, CEBRAP, N°4 - (Mimeo.), São Paulo, abril.
- GOFFMAN, Erving. 1992. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Rio de Janeiro, Vozes (5ª. ed.).
- GINBURG, Carlo. (1987): *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Editora Companhia das letras.
- JOYCE, Patrick (org.). 1995. *Class*. New York, Oxford University Press.
- ORTIZ, Renato. 1994. *Pierre Bourdieu - Coleção Grandes Cientistas Sociais*, Ed. Ática, São

- Paulo, Ática (2ª ed.).
- OLIVEIRA, Roberto C. 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira.
- PEPPER, Atilio. (1994) *Associativismo e Política na Favela Santa Marta*. Dissertação de Mestrado. mimeo. São Paulo: USP.
- RUPP, Jan C. C. 1995. *Les Classes Populaires Dans un Espace Social à Deux Dimensions*. In: *Actes de la Recherche Sociale*. Paris, Minuit.
- SADER Eder e PAOLI, Maria Célia. 1996. Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro. In: Cardoso, R. (org.). *Aventura Antropológica*. São Paulo, Paz e Terra.
- SILVA, Eliana S. 1995. *O Movimento Comunitário de Nova Holanda: na Busca do Encontro entre o Político e o Pedagógico*. Dissertação de Mestrado (Mimeo). Rio de Janeiro, PUC.
- SROUR, Robert H. 1997. *Classes Sociais*. São Paulo, Ática.
- TELLES, Vera S. 1988. Anos 70: Experiências Práticas e Espaços Políticos. In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo, Paz e Terra.
- VELHO, Gilberto. (1994). *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.